

Processo: 6903/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo

Assunto: Contratação de serviços de manutenções diversas em aparelhos condicionadores de ar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo.

Valor Estimado: R\$ 106.978,93 (cento e seis mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos).

PARECER CONTROLE INTERNO

Dos Fatos:

Trata-se de procedimento encaminhado a esta Controladoria Geral do Município para parecer acerca da Contratação de serviços de manutenções diversas em aparelhos condicionadores de ar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo.

A manutenção dos aparelhos condicionadores de ar, contribuem para a preservação de equipamentos eletrônicos, mobiliários e documentos administrativos que dependem de condições ambientais, controladas para evitar deterioração prematura, sendo que a temperatura inadequada do ambiente pode ocasionar danos patrimoniais, aumento de custos operacionais e prejuízos à continuidade dos serviços públicos. A climatização adequada não representa apenas medida de conforto, mas condição necessária para assegurar ambientes salubres, funcionais e compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas.

É o sucinto relatório.

Da Fundamentação:

Na qualidade de responsável pela Controladoria Geral do Município de Itaberaí-GO, em conformidade com o previsto no art. 74, inciso II da Constituição da República, Lei


Controladoria Geral

Municipal nº 1.226/2013, e Instrução Normativa 08/2021 do Tribunal de Contas dos Municípios e de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/21 cabe a esta Controladoria uma atuação na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Por se tratar, conseqüentemente de realização de despesas no referido procedimento de Licitação, resta configurado a competência do Controle Interno para análise da presente manifestação, o que passaremos a fazer.

Em linhas gerais, para que a Administração Pública celebre contrato administrativo com a iniciativa privada, há a necessidade de prévia licitação, a qual foi modernamente consagrada na Constituição Federal, no artigo 37, XXI.

Neste sentido, as compras e contratações das entidades públicas seguem, obrigatoriamente, um regime regulamentado pela Lei Federal nº 14.133/2021, a qual traz no seu bojo os critérios para realização do processo de contratações públicas, conforme consta no seu Art. 18 e seus incisos.

Da Análise Documental:

Foram analisados, conforme a Lei de Licitações e Contratos e Instrução Normativa do TCM-GO, os documentos exigidos para a formalização e apresentação dos procedimentos licitatórios, constantes dos autos, a saber:

- I. consta Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 124/2026;
- II. consta Estudo Técnico Preliminar 75/2026;
- III. consta Despacho do Gestor Executivo Municipal;
- IV. consta Pedidos de Compras /Serviços 73558;
- V. consta Mapa de Cotação nº 37501;
- VI. consta Termo de Referência 108/2026;
- VII. consta Declaração de Dotação Orçamentária;



Controladoria Geral


- VIII. Matriz de Gerenciamento de Riscos 70/2026
IX. consta Minuta do Contrato.

Conclusão:

Ante o exposto, esta Controladoria Geral do Município, considerando a documentação constantes dos autos, conclui pela REGULARIDADE do processo, estando apto a seguir para as etapas posteriores, sempre em observância às exigências da Lei e normas do Tribunal de Contas dos Municípios.

Cumpre destacar que esta Controladoria não compete adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos.

Controladoria Geral do Município, em 27 de março de 2026.



Eliseu José Braz – Cel R/R
Controlador Geral do Município
Decreto nº 011/2025